

“GENTE PRETA” - ÁFRICA NA LITERATURA PORTUGUESA DO SÉCULO XIX¹

Graça Videira Lopes (FCSH-UNL)

O tema que me proponho abordar brevemente aqui é África na literatura portuguesa do século XIX. Ora começa-se por dizer que a literatura portuguesa do século XIX desconhece África. Para os escritores portugueses de oitocentos, incansáveis na busca de identidade nacional, se a imagem própria se procura continuamente no contraste com “o estrangeiro”, esse “estrangeiro” é sempre, em qualquer caso, europeu: francês ou inglês, o outro é, pois, um próprio com a característica de possuir um grau superior de civilização.

A Inglaterra constitui, mais até do que a França, um caso paradigmático. Ao longo do século, raros são os escritores que não se confrontem, de uma maneira ou de outra, com o tema inglês. O debate, sendo obviamente político, transborda largamente essas fronteiras – e a Inglaterra serve, por largo tempo, de mote à volta do qual se orientam polémicas e tomadas de posição em matérias que vão da religião aos hábitos da vida quotidiana, da política educacional às relações amorosas, etc. As posições variam: da discreta admiração de Garrett, personificada exemplarmente nas três manas inglesas das *Viagens na minha terra*, à violenta apóstrofe de Herculano, desenvolvida explicitamente em dois longos capítulos de *O Pároco de Aldeia* (capítulos IV, “Alhos e Bugalhos”, e V, sintomaticamente intitulado “Excursão Patriótica”), sem esquecermos evidentemente, já mais tarde, a estrangeira por excelência, Maria Eduarda, tal como aparece retratada no início de *Os Maias*: “*Trazia na mão um guarda-sol inglês; e toda ela adiantando-se assim no luminoso da tarde, tinha, naquele cais triste de cidade antiquada, um destaque estrangeiro, como o requinte claro de civilizações superiores.*” Também a *Milady* de Cesário Verde (a “*grande flor do Norte*”) confirma, agora à sua maneira “gélida” e distante, este retrato de Eça (“*Balzac é meu rival, minha senhora inglesa*”), e a importância do padrão inglês como medida de “civilização”. A ficção e mesmo a poesia portuguesa oitocentista, reflectindo marcadamente

¹ Versão actualizada de um artigo originalmente publicado em *Dimensões da alteridade nas culturas de língua portuguesa – o Outro*, Actas do 1º Simpósio Interdisciplinar de Estudos Portugueses, FCSH-UNL, I vol., pgs. 267-276, 1985

sobre a questão nacional, faz, pois, deste “estrangeiro” europeu, e muito particularmente inglês, o outro por excelência. E assim a África, como dissemos, não está nos seus roteiros literários e culturais. Muito menos o africano.

Antes de entrarmos propriamente na análise do que de África nos fica na literatura portuguesa do século XIX, será interessante determo-nos um pouco num texto de Eça de Queirós, incluído em *Uma Campanha Alegre* e datado de Julho de 1871. Não é um texto imediatamente literário mas sim, como é sabido, um texto de intervenção, como *As Farpas* se pretendiam. Se o cito em primeiro lugar é porque me parece ser esse não só um dos primeiros textos em que África aparece publicamente discutida e portanto constituindo-se como problema, mas também porque esse é exactamente um texto que procura ir ao encontro das causas da “inexistência” de África na cultura portuguesa sua contemporânea.

Tem esta intervenção n’ *As Farpas* como motivo próximo a situação em Macau, a que se junta, num processo generalizante, a situação nas colónias e a acção do governo português da época nesta matéria (tomando, nomeadamente, como referente um discurso proferido pelo então ministro da Marinha, Melo Gouveia). O texto satírico de Eça debruça-se, portanto, sobre a política colonial portuguesa, e é neste contexto que a questão de África é colocada. Logo a abrir, Eça sintetiza a situação: *“As relações de Portugal com as suas colónias são originais. Elas não nos dão rendimento algum: nós não lhes damos um único melhoramento: é uma sublime luta – de abstenção!”*. Como na maioria dos textos de *Uma Campanha Alegre*, também aqui a ironia funciona pela redução ao absurdo: *“Para que temos as colónias?”*, pergunta no final. Se, na verdade, mais tarde ou mais cedo *“a Europa pensará que imensos territórios, pelo facto lamentável de pertencerem a Portugal, não devem ficar perpetuamente sequestrados do movimento da civilização”*, e que *“tirar as colónias à nossa inércia nacional é conquistá-las para o progresso universal”*, Eça, levando esta lógica às suas últimas consequências, acaba por concluir que, para evitar que a humilhação de elas nos serem muito em breve tiradas, a única solução para as colónias (*“sendo vilmente agiotas, como compete a uma nação do século XIX”*), é vendê-las. Numa Farpa seguinte (Setembro de 1871), e continuando o raciocínio, Eça concluirá mesmo que, dado o seu deplorável estado, a solução não será vendê-las mas sim dá-las (se o humor de Eça faz certamente sorrir qualquer leitor contemporâneo, convém não esquecer que a questão da venda das colónias esteve efectivamente, e por várias vezes, em discussão na Câmara de Deputados, nomeadamente mais para finais do século, em por alturas do Ultomato inglês). Seja como for, e para além da ironia queirosiana, este texto permite-nos, em radiografia, encontrar facilmente o

lugar ocupado por África na mentalidade portuguesa de oitocentos. Lugar que se define essencialmente a partir do xadrez da política europeia, muito particularmente a partir de um claro pano de fundo, a Inglaterra, com a sua política de expansionismo triunfante. O outro continua a ser, pois, o Inglês, e o mesmo, Portugal nas colónias.

Na verdade, o que Eça pretende tornar claro no seu texto é, em primeiro lugar, o desfasamento entre o discurso oficial – de glória e de império – e a situação de facto – de alheamento total. Ora convém notar que esta situação de facto tem, por sua vez, da parte de Eça um tratamento ambíguo. Porque, se por um lado se pinta a real incapacidade do governo português para adoptar uma política de desenvolvimento e de progresso, e África, ou melhor, as colónias, nos surgem como terra de miséria e abandono, povoada maioritariamente por degredados, sem contactos com o exterior – e é aqui que se insere a questão da marinha e da sua importância vital –, por outro lado, esta situação de colonização “doce”, contrasta fortemente, no mesmo texto, com o retrato que Eça nos traça da colonização britânica, violenta e impiedosamente utilitária. O contraste entre os dois tipos de colonização é, aliás, explicitado de novo, e mais claramente, no segundo texto de *Uma Campanha Alegre* referido (Setembro de 1871), este mais especificamente dedicado à Índia portuguesa (e cujo motivo próximo é uma recente sublevação da guarnição militar de Goa). Diz-se aí:

“Povo e tropa na Índia tudo querem menos o inglês. O Povo não quer o inglês – porque no nosso regime ele vive na ociosidade, no desleixo, na sua imundície querida, na sua bem amada traficância, e se fosse inglês o cipaio viria obrigá-lo, a golpes de courbach, a ser policiado e a ser trabalhador. O soldado índio detesta o inglês – porque sob o nosso regime, ele pode subir aos postos até major e sob o regime inglês não subiria nem a cabo.”

Esta ambiguidade, que a comparação com o modelo colonial inglês permite (aqui em relação à Índia), está presente em todas as referências queirosianas a África. Mas Eça escreve para os leitores portugueses de oitocentos sobre o que foi recentemente notícia (e, no primeiro texto citado, o seu motivo próximo é, como vimos, o discurso do ministro da Marinha, verdadeiro “bombo da festa”). E assim, a África que refere, para além destas repercussões de actualidade, é essencialmente a dos colonos, abandonados por uma metrópole cuja retórica patriótica é directamente proporcional à incúria e falta de visão dos seus dirigentes. Sobre a população africana nativa, o silêncio é, e será por todo o século, dominante. O assunto não existe como motivo de intervenção. (O caso da Índia é diferente, como é visível na citação feita – aí, o indiano aparece em posição de destaque, o que significa que, ainda que pintado como miserável e

dividido por intermináveis guerras entre castas, que Eça mostra, aliás, conhecer bem, Ihe é atribuída a categoria de Outro).

Resumindo: para as camadas cultas portuguesas de oitocentos, África só começa a existir a partir do momento em que as alterações da política internacional obrigam à revisão do discurso nacionalista da glória e do império. A revisão desse discurso vai a par com a tomada de consciência da incapacidade para Ihe encontrar um substituto, substituto esse que permita ao mesmo tempo resistir à pressão inglesa. Desta perplexidade nos dá exemplarmente conta o texto de Eça. Neste panorama os africanos não parecem ter, pois, qualquer lugar.

Compreende-se assim, pelo que ficou dito, que sejam raros os vestígios de África na literatura portuguesa de oitocentos o que, para dar um exemplo oposto, contrasta vivamente com o Brasil. O imaginário literário, não só português mas ocidental, que descobre por esta altura a América do Sul (já a novela inacabada *Helena* de Garrett tem o Brasil como cenário), a China, o Oriente, e, de uma maneira geral, o longínquo e o exótico, deixa sintomaticamente de lado a África. A tradução que Eça faz de *As Minas de Sa1omão*, do inglês Rider Haggard, constitui novamente uma excepção – e de qualquer forma em jeito de obra juvenil e portanto “menor”.

O que acabámos de ver ironicamente exposto n’*As Farpas* de 1871 parece, no entanto, não ser uma tomada de posição pontual de Eça, já que o assunto vai ser por ele retomado bastante mais tarde, em 1897, no seu último romance, *A Ilustre Casa de Ramires*, romance no qual o herói, Gonçalo Mendes Ramires, se torna no final (e não conhecemos mais exemplos) “africanista” (como se diz “brasileiro”). Numa leitura alegórica, que é, aliás, a que o romance sugere explicitamente no seu epílogo, encontramos os mesmos dados de 1871. Culminando um percurso atribulado, é o momento da decisão de Gonçalo partir para África:

“E o fidalgo da Torre, imóvel no eirado da Torre, entre o céu todo estrelado e a terra toda escura, longamente revolveu pensamentos de vida superior – até que, enlevado, e como se a energia da longa raça que pela Torre passara refluisse ao seu coração, imaginou a sua própria encaminhada enfim para uma acção vasta e fecunda, em que soberbamente gozasse o gozo do verdadeiro viver, e em torno de si criasse vida e acrescentasse um lustre novo ao velho lustre do seu nome, e riquezas puras o dourassem, e a sua terra inteira o bem louvasse, porque ele inteiro e num esforço pleno bem servira a sua terra...”

E se Gonçalo hipoteca “a sua quinta histórica de Treixedo” e parte, de facto, para África (a bordo do paquete “Portugal”), não deixam outras personagens, no capítulo final, comentando o seu regresso após quatro anos, de repetir a ironia queirosiana de 1871:

“Mas Gouveia insistia (...): - Olhe, D. Graça, acredite Vossa Excelência (...) Eu não acredito nesses prazos... Nem na África. Tenho horror à África. Só serve para nos dar desgostos. Boa para vender, minha senhora!, a África é como essas quintarolas, meio a monte, que a gente herda de uma tia velha, numa terra muito bruta, muito distante, onde não se conhece ninguém, onde não se encontra sequer um estanco; só habitada por cabreiros, e com sezões todo o ano. Boa para vender.

Gracinha enrolava lentamente nos dedos a fita do avental:

- O quê! Vender o que tanto custou a ganhar, com tantos trabalhos no mar, tanta perda de vida e fazenda?!

O administrador protestou logo com calor, já enristado para a controvérsia:

- Quais trabalhos, minha senhora? Era desembarcar ali na areia, plantar umas cruces de pau, atirar uns safanões aos pretos. Essas glórias de África são balelas. Está claro, Vossa Excelência fala como fidalga, neta de fidalgos. Mas eu, como economista... E digo mais...

(...) Mas Gouveia, cofiando o coco com a manga, ainda esperava converter a Sra. D. Graça às ideias sãs de política colonial.

- Era vender, minha senhora, era vender.”

A ficção transcreve assim, muitos anos mais tarde, os dados iniciais d’*As Farpas*. O que significa que também n’*A Ilustre Casa de Ramires* África é apenas vista a partir das questões que coloca ao nível da política colonial portuguesa. Na verdade, ao nível da estrutura do romance, os quatro anos que o herói passa em África constituem um hiato na narrativa. Ou seja, no final do penúltimo capítulo Gonçalo embarca; no capítulo seguinte, o último, portanto, encontramos-lo já de regresso a Portugal. E as únicas informações que o romance fornece sobre este seu período africano são as relacionadas com a sua prosperidade, informações relatadas, aliás, em segunda mão, e de forma muito genérica e resumida (numa carta dirigida à protagonista Gracinha por uma personagem secundária), aquando do seu regresso à metrópole:

“Nestes poucos anos plantou dois mil coqueiros. Tem também muito cacau, muita borracha. Galinhas são aos milhares (...) No prazo já se construiu uma grande casa próximo do rio, com vinte janelas e pintada de azul. E o primo Gonçalo declara que já não vende o prazo nem por

oitenta contos. Para felicidade completa, até achou um excelente administrador. Eu todavia duvido que ele volte para África.”

Duvida a autora da carta (a prima Maria) e não saberemos nós, uma vez que destino do herói é assim deixado em aberto. A alegoria d’ *A Ilustre Casa de Ramires* termina, com efeito, com um diálogo entre personagens secundárias, comentando os notáveis melhoramentos mandados introduzir por Gonçalo, à distância, na sua quinta da Torre: “*Mobílias, obras, égua inglesa... Tudo já dinheiro de África*”. Transformando a imagem inicial de diletantismo e ausência de perspectivas em produção activa de riqueza, tanto nas colónias como na metrópole, Gonçalo Ramires corporiza, assim, positivamente, a versão de uma outra política colonial que *As Farpas*, quase trinta anos antes, propunham. É desta política, pois, ou seja, de uma outra visão para Portugal, aquilo de que Eça fala alegoricamente no romance, sem que a realidade concreta africana o ocupe particularmente. Na verdade, é muito possível que Eça não tenha arriscado a ficcionar a vida do seu herói em África exactamente pelo desconhecimento do que, concretamente, seria a vida nesses territórios. O “cacau, a borracha e as galinhas” seriam o máximo que lhe teria parecido verosímil relatar de África. Quanto aos africanos, novamente eles estão ausentes n’ *A Ilustre Casa de Ramires*.

Mas África, e desta vez os africanos propriamente ditos, reaparece ainda fugazmente na obra de Eça na pessoa de Grilo, o velho escudeiro negro de Jacinto de *A Cidade e as Serras*. Grilo, “o digno preto”, que lia o Figaro e que é aparentemente a única personagem negra de toda a literatura portuguesa do séc. XIX, tem um papel secundário na fábula e é de qualquer modo culturalmente um europeu. Mas, sintomaticamente, é a ele que cabe o papel de porta-voz da sabedoria e da sensatez nos momentos decisivos da narrativa. Na primeira parte da evolução parisiense de Jacinto, no momento em que o encontramos à beira do que hoje chamaríamos uma depressão, é exactamente Grilo que faz o diagnóstico da doença: “- *Jacinto anda tão murcho, tão corcunda...Que será Grilo?* [pergunta o amigo, Zé Fernandes]. *O venerando preto declarou com uma certeza imensa: - Sua Exa. sofre de fartura.*” O que a narrativa vem a confirmar. E na segunda parte, resumindo a transformação radical de Jacinto após o seu regresso às serras, é também Grilo que resume: “- *Sua Exa. brotou.*”

A fábula sobre os malefícios da civilização encontra assim em Grilo um espectador privilegiado já que, limitado pela sua posição a seguir as variações filosófico-tecnológicas do seu amo sem nelas intervir, Grilo conserva o olhar exterior do bom senso. Na verdade, Grilo gosta de Paris, não se entusiasma à primeira vista com a vida no campo, nem com o correlativo ascetismo

ecológico de Jacinto, e comenta, provavelmente numa memória de miséria, *“envolvendo a louça de Barcelos, as facas de cabo de osso, as prateleiras de pinho como num refeitório de franciscanos: - Mas muita magreza, siô Fernandes, muita magreza.”* Seja como for, não deixa de ser curioso que exactamente nesta fábula sobre a Civilização moderna (e onde o leque de personagens, aliás, é muito limitado), Eça tenha decidido introduzir um “digno preto” na meada.

De tudo o que ficou dito se poderá concluir que a visão de Eça em relação a África é essencialmente a de um europeu culto, enredado nos meandros da política internacional e, de certo modo, paralisado pelo conflito entre o patriotismo anti-inglês (atacar a política colonial portuguesa é fazer o jogo da Inglaterra) e a defesa “realista” do progresso (não atacar ou silenciar é defender o o governo e o imobilismo e atraso português). Com a agravante céptica do pressuposto de que todo o progresso tende a abolir a diferença. E de que o outro (o africano) só poderá sê-lo quando se transformar em mesmo (o civilizado), como a figura de Grilo nos dá a ver.

A agitação em África (cujos motivos não são apenas políticos mas se relacionam igualmente com o impacto das viagens de exploração ao interior do continente), origina, pois, os primeiros vestígios do continente negro na literatura portuguesa de oitocentos. Ténues vestígios, já que à cultura nativa não há praticamente referências. Cultura popular, desconhecendo a escrita, numa oralidade de difícil tradução, ainda para mais oriunda de indivíduos na grande maioria sem personalidade jurídica, seria pouco provável que os intelectuais europeus a ela tivessem grande acesso.

É curioso que seja exactamente num poeta no qual a tradição oral é dominante, João de Deus, que vamos encontrar uma composição onde a África e a sua gente (“gente preta” diz o poema) nos surgem na primeira pessoa e aparentemente sem interferência ocidental (sublinho o “aparentemente”). Não em versão original, claro, mas, ironicamente, como o título do poema indica, em “Versão Zulu”. Trata-se de uma risonha composição que recupera um pretense episódio passado com a rainha Ginga, uma das figuras femininas angolanas mais marcantes do século XVII colonial (a rainha Ginga viveu de 1581 a 1663), protagonista central das lutas, rebeliões (e compromissos) dos povos africanos autóctones contra o domínio português.

Neste poema, que se transcreve em apêndice, é imediatamente notória a intenção de dar a palavra aos outros, ou melhor, de restituir-lhes a palavra das suas narrativas. Por ele passa, por uma outra fala com fortes marcas locais (que o poema procura captar, nomeadamente na ausência de artigos ou na não-concordância entre os géneros), uma outra cultura, essa já querendo-se especificamente negra. Na verdade, o africano existe no poema de João de Deus já

como o Outro em comunidade própria, comunidade, note-se, retratada em regime eufórico (as conchas, a dança, a festa, os berliques e as fitas encarnadas – e note-se também, obliquamente, que este tipo de tratamento das coisas africanas não deixa de recuperar o tipo de abordagem que Camões utiliza em certas sequências d’*Os Lusíadas*, ou mesmo a que encontramos em determinadas passagens do teatro vicentino)

Mas o que este poema nos indica na sua aparente simplicidade – que nos dispensa mais comentários – é, pois, que o silêncio dos escritores portugueses do século XIX em relação a África não significa total ausência de contactos ou de informação. Mas antes, que é o mesmo conceito ocidental de progresso, que os leva a colocar Portugal numa escala recuada em relação à Europa além-Pirinéus, que acarreta a não-existência de África em termos de imagens, autónomas, e com valor cultural.

Que os dois exemplos que citámos sejam considerados honrosas excepções. E que a língua que falamos todos, os uns e os outros, seja capaz de ir preenchendo gradualmente a lacuna.

VERSÃO ZULU

*Rainha Jacinta foi
dar uma tarde passeio,
quando mestre Ginga veio
assanhado como um boi;
e diz a Jacinta: – “Dói
ver que estás tão insensata;
em dia que a onda bata
assim com a força desta,
só sendo pessoa besta,
só sendo pessoa gata,
vem à praia fazer festa
sem medo de água que mata.”*

*Mas vai rainha Jacinta,
que tem bestunto e tineta,
cuida que Ginga diz peta,
cuida que Ginga lhe minta;
e diz ao Ginga: – “Consinta
ou não consinta o sinhora,
Jacinta vai praia fora,
buscando concha encarnada;
atrás de mim vem soldada,
vem gente que toda a hora
que me veja atrapaiada,*

*deita logo calça fora,
rainha Ginga é pescada.”*

*Mal sabia gente preta,
mal cuidava (triste dia!),
ver Jacinta numa pia
mais funda que uma gaveta!
Corre o gente todo inquieta,
rainha Ginga estrebucha;
foi obra dalguma bruxa
ir esticando a canela!
Gente preta pega nela,
preto larga, preto puxa;
mãe Jacinta volta a ela,
pai Ginga dança cachucha.*

*Jacinta é condecorada
com berliques de pendura
e faz bonita figura
com sua fita bordada,
com sua fita encarnada,
da cor que pretinho gosta;
fita maior que lagosta,
fita maior que pescada:
em n'a pondo atravessada,
rainha Ginga, bem posta,
pretinho bate palmada:
“- Viva Jacinta da costa!
Viva Jacinta pescada!”*